

A CONSTRUÇÃO DO “INFANTIL” NA LITERATURA BRASILEIRA

*Maria Cristina Gouvêa
Doutora em Educação*

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO:

Análise historiográfica da produção literária destinada à criança no Brasil, em circulação entre 1900 e 1935. Tem-se em vista investigar as representações sobre a criança presentes nos textos voltados para a construção de modelos de comportamento infantil, a serem reproduzidos pelo leitor. Observa-se um deslocamento nas representações construídas sobre a criança, no sentido de apontar progressivamente a positividade da “natureza” infantil, em oposição a uma representação anterior, que toma a infância como período de vida caracterizado pela incompletude e deformação em relação ao adulto. Analisa-se o diálogo entre o discurso psicopedagógico sobre a infância, produzido no campo científico no período analisado, e o discurso literário, presente nas obras destinadas à criança.

Palavras-chave: infância, literatura, história.

Os estudos sobre a história social da infância, temática iniciada no campo historiográfico pelo clássico trabalho de Ariés: “História social da criança e da família” (1979), vêm demonstrando que a concepção moderna de infância constitui, não um conceito abstrato e universal, mas é fruto de uma longa construção histórica, durante a qual passou-se de uma indiferenciação etária, característica da sociedade medieval, à constituição de um conjunto de saberes técnico-científicos e práticas culturais, voltados para conhecer e atuar junto à criança e seus agentes socializadores, nos diversos espaços de socialização.

Nesse sentido, vem se investigando, em distintas práticas sociais e produções culturais relacionadas à criança, as representações sobre a infância aí presentes, quer numa perspectiva diacrônica, à luz da história, quer sincrônica, num viés sócio-antropológico. Busca-se refinar e avançar na perspectiva de análise desenvolvida por Ariés (bem como superar algumas de suas limitações)¹, demonstrando as diversas configurações que a infância assume em diferentes espaços e tempos sociais.

Este trabalho inscreveu-se no interior de tal perspectiva, tendo como objetivo compreender a construção da noção da infância e de uma escrita dirigida à criança no interior do campo literário no Brasil, através da análise de parte da produção literária destinada à criança, escrita entre 1900 e 1935², período no qual esta produção literária conformou-se no Brasil.

Entende-se que infância e literatura guardam aí uma relação especular. Ou seja, ao qualificar, caracterizar, descrever a criança e seus contornos, as práticas literárias, ao mesmo tempo que retratam a(s) criança(s), constroem a infância através das narrativas.

Falar à criança, compreendendo-a como distinta do adulto, significa aí definir tal distinção, tendo a linguagem literária como campo discursivo. Construiu-se historicamente a

¹Cabe apontar que se faz presente no trabalho de Ariés uma visão que aponta uma unidirecionalidade na construção histórica da concepção moderna de infância, crítica que é desenvolvida de maneira mais sistemática e aprofundada por Moyses Kuhlman (1998)

²Foram selecionadas 15 obras produzidas ao longo desse período, tendo como critério para seleção das narrativas, sua circulação ao longo do período. Ou seja, foram escolhidas obras que tiveram mais de uma edição.

noção de uma narrativa diferenciada da endereçada ao leitor adulto, especificamente dirigida a tal público leitor, formulando modelos de gostos, gestos, falas, ações e comportamentos, remetidos a um sujeito infante, marcado por uma identidade diferenciada do leitor adulto.

Nesse sentido, falar de representações da criança inscritas nos textos literários do início do século remetia-me a tentar compreender, tendo como pano de fundo as representações que hoje circulam sobre a criança em diferentes práticas culturais, a singularidade da visão (ou das visões) sobre a criança expressas numa prática cultural específica (a literatura infantil), em um momento histórico diferenciado (as primeiras décadas desse século), num contexto sócio-cultural (o Brasil formulando seu projeto de modernidade/ modernização/modernismo)³.

Assim é que busco compreender a construção histórica da noção de infância na literatura para a criança, tendo como referência a perspectiva apontada por Chartier (1990: p. 27), quer seja: “a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço”.

A literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referente constante o real na qual autor e leitor se inserem, guarda com este uma relação não de transparência, mas de reconstrução. O autor, no momento de produção do texto, traz para a escrita a sua compreensão do real, bem como o projeto de realidade pretendida. Nesse sentido, ele representa a realidade, tendo a linguagem literária como signo.

No caso dessa pesquisa, os diversos autores das obras expressam no texto literário como a infância era socialmente apreendida, formulando no seu conjunto um discurso sobre a criança, a partir de enunciados culturalmente definidos, que atravessam as diferentes obras.

A literatura infantil, ao mesmo tempo que aponta a expressão de uma visão da infância e seus contornos na relação com o adulto, define um repertório de ações e comportamentos atribuídos à criança, os quais buscam funcionar como mapa, que deveria sinalizar a inserção no mundo do leitor infantil. .

Assim sendo, os textos buscam incutir normas e comportamentos socialmente valorizados, o que não quer dizer que tais comportamentos se façam efetivamente presentes no cotidiano da criança a quem o texto se dirige. Analisar tal produção literária significa, não buscar no interior dos textos o retrato da infância da época, mas as representações construídas pelo autor adulto sobre os modelos de comportamentos infantis.

Sintetizando, interessou-me, portanto, não falar da criança real e sua inserção no período histórico analisado, mas investigar as representações sobre a infância expressas no texto literário neste período, a construção do conceito de infância nas práticas literárias, que buscam modelar o comportamento do leitor infantil.

Analisar a historicidade das representações sobre a infância na literatura infantil significa considerar que tais representações se fazem presentes em diferentes práticas culturais e espaços discursivos, característicos da cena social no período analisado. Nesse sentido, busquei cotejar os enunciados sobre a criança presentes na literatura infantil com os enunciados produzidos no campo científico, voltados para a produção de um conjunto de saberes sobre a infância (mais

³Cabe salientar que tais termos não são sinônimos mas referem-se a distintos significados presentes em práticas sociais diferenciadas

especificamente no discurso psicopedagógico), de maneira a melhor referendar e sustentar a análise.

A INFÂNCIA NO DISCURSO CIENTÍFICO:

A psicologia, à medida que legitima-se nas primeiras décadas deste século como campo de conhecimento voltado para formulação de um saber científico sobre a infância, destaca-se dos demais saberes construídos, assumindo o lugar de matriz deste conhecimento⁴, influenciando diretamente o campo pedagógico, como pode ser apreendido na fala de um educador da época:

Já ninguém mais compreende uma pedagogia sã e legítima que não tenha as bases na psicologia positiva. Já ninguém mais admite que sejam aplicadas no ensino outros processos que não aqueles que se deduzem diretamente e logicamente [*sic*] das leis naturais da evolução do espírito e das aquisições mentais (...) A psicologia tornou-se hoje o grande supremo oráculo da pedagogia. Todo o pedagogo tem que ser um consumado psicólogo, um profundo observador dos fenômenos mentais e um criterioso aplicador das leis e processos naturais que presidem as aquisições morais e intelectuais. (*Revista da Educação*, ano 2, nº 10, 1903).

No campo da ciência psicopedagógica confrontam-se, ao longo do período analisado, dois modelos de apreensão da infância. Inicialmente, um modelo que busca analisar a infância tendo em vista as características remetidas ao adulto. Nessa perspectiva, busca-se desenvolver e inculcar na criança padrões de comportamento que a aproximem dos padrões adultos, reprimindo as manifestações das “tendências infantis”, representadas como expressões de sua imaturidade. William James irá dar expressão científica a esta representação. Segundo este: (1924, p. 51) “*Lo primero que debe aprender el maestro es estudiar las tendencias reactivas, congenitas, impulsos e instintos de la niñez, para poder sustituirlos debida y oportunamente, aplicándolos a los objetos artificiales*”.

A infância é também percebida como período de fragilidade moral, durante o qual o mal pode florescer com facilidade. Cabe ao adulto cuidar para que os bons valores prevaleçam sobre os instintos nefastos à formação moral da criança:

O coração das crianças é um terreno de esquisita fertilidade. Ali medrarão todos os bons sentimentos, todas as virtudes, quando lhes for lançada a semente do bem e esta medrará sob o influxo proveniente da educação [...] Mas se o que do bem lançado estiolar, o contrário acontece infelizmente em relação ao mal. Lançado ali sua semente, germina e floresce com extraordinário viço e, por uma amarga contradição quanto mais descuidado seja, mais abundantes serão seus nocivos frutos. (Doria, In: *Revista da Educação*, nº 2, 1902, p. 21).

Ante o despreparo da criança, ao adulto cabe, nesta perspectiva, inculcar-lhe os corretos preceitos morais, através da transmissão de lições modelares. Busca-se a formação de hábitos e condutas, tendo como fundamento uma educação que modelasse a vontade, por meio do adestramento. Segundo James (1924, p. 225):

⁴A respeito da relação histórica entre psicologia e pedagogia, cabe destacar o trabalho de Miriam Warde (1997): *Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia*. In FREITAS (Org.) História social da infância no Brasil.

(...) el inmejorable y útil precepto moral para la juventud, y aun la general regla de conducta, de poner más atención en lo que hacemos y expresamos que en lo que sentimos (...) regulando la acción, que es la que se halla regida por la voluntad indirecta, podremos actuar sobre el sentimiento, que no está regulado de igual modo.

Assim é que, cabe atuar sobre a razão, desenvolvendo o intelecto da criança, de maneira a que este passe a reger os sentimentos e as vontades. Como afirma um educador do início do século: “...propagar todas as verdades, todas as idéias úteis à vida, que possam aclarar a todos os homens os limites precisos e a esfera de suas ações, de seus direitos e deveres. Funda-se no princípio científico que as idéias guiam os sentimentos” (Paulo Egídio. In: *Revista de Educação*, nº 1, 1902, p. 13).

Uma segunda perspectiva, que irá impor-se no pensamento psicopedagógico, procurará, não afirmar a incompletude e imaturidade da criança, mas proclamar a positividade da especificidade da infância. A partir do início do século XX destacam-se autores como Claparède, Dewey, Montessori e Binet, que irão defender um novo olhar sobre a criança, que a perceba como qualitativamente diferente do adulto, criticando os fundamentos da perspectiva anterior. Como afirma Dewey (1978, p. 50):

A fraqueza da educação antiga estava nas suas irritantes comparações entre a imaturidade da criança e a maturidade do adulto, considerando aquela como alguma coisa de que nos tínhamos de libertar tanto quanto possível e tão cedo como possível.

A criança carrega, nesse sentido, a dimensão do novo, da energia vital, da ruptura com o velho. Ao mesmo tempo, a infância é associada à expressão dos afetos e sentimentos, expressão esta que passa a ser valorizada no código dos comportamentos sociais. Tais valores, ao serem dignificados no pensamento moderno, conferem à infância um novo significado, não de força a ser domesticada e disciplinada, mas de fonte de onde brota a energia e vitalidade do novo.

A concepção de infância que é afirmada no campo psicológico no início deste século e que terá repercussão direta nas práticas pedagógicas escolares, pode ser apreendida na afirmação de Dewey (1978, p. 46): “A criança é o ponto de partida, o centro e o fim. Seu desenvolvimento e seu crescimento, o ideal. Todos os estudos se subordinam ao crescimento da criança: só tem valor quando sirvam às necessidades desse crescimento”.

E o que caracterizaria a natureza infantil? Os autores da época, nesta perspectiva, relacionam a criança à atividade (mais exatamente à atividade física) que tem no brincar sua maior expressão. O caráter lúdico da infância é exaltado nos diversos textos psicopedagógicos, característica que exprimiria sua natureza diferenciada do adulto.

À idéia da alteridade da infância associa-se a visão de que tal alteridade é dada pela natureza, que a criança tem um desenvolvimento guiado por processos biológicos e não pela cultura:

A infância não é um mero acidente, um reverso, mas sim a forma própria que reveste o desenvolvimento do ser. As menores manifestações que caracterizam o estado da infância devem, pois, ser seguidas com o maior cuidado pelo educador, que longe de contrariar a Natureza, nada poderá fazer de melhor que segui-la, sob pena de expor-se a um malogro. A Natureza sabe bem o que faz; ela é melhor biólogo que todos pedagogos do Universo, e a maneira como procede para fazer de uma criança um adulto deve ser o único guia do preceptor. (Claparède, 1956, p. 450).

Para o autor, a descoberta da infância decorre de um avanço da ciência, a qual deveria tentar extrair da natureza as leis de desenvolvimento do indivíduo, de forma a aplicá-las aos processos educativos. Não se trata mais, nesta perspectiva, de adestrar os corretos comportamentos e condutas sociais (como propunha William James), mas investigar os interesses naturais da criança, de forma a motivá-la para o processo de aprendizagem, como preconizavam Dewey e Claparède.

A idéia de adestramento da infância repugna a tais autores que advogam o livre desenvolvimento do caráter infantil. No dizer de Claparède (1956, p. 201):

Não se correrá risco, acostumando o menino a certos hábitos, de atentar contra a independência e originalidade de seu caráter? (...) os hábitos, para nós outros, devem ser auxiliares e nunca uma cadeia. Devem harmonizar-se com o caráter e não entravar sua livre expressão. Devem facilitar o jogo da vontade e não destruí-la.

É na direção da afirmação da alteridade da infância e sua centralidade na cultura que torna-se necessário a constituição de um mercado de bens simbólicos que contemplem a especificidade deste sujeito e que possibilitem atuar no seu processo de desenvolvimento. A literatura infantil irá ocupar tal papel, como prática discursiva voltada para o desenvolvimento da criança e sua aprendizagem para a vida adulta.

A INFÂNCIA NO DISCURSO LITERÁRIO:

A literatura infantil irá dialogar com o saber psicopedagógico sobre a infância, na busca de referenciais para construção de um texto dirigido a este leitor modelo, marcado pela alteridade em relação ao adulto.

Em comentário de Lobato (1961, p. 249):

Surgiu uma literatura sob medida que não se impõe à criança, mas deixa-se impor pela criança e desse modo satisfaz de maneira completa às exigências especialíssimas da mentalidade infantil (...) porque gostam as crianças de ler meus livros? Talvez pelo fato de serem escritos por elas mesmas através de mim. Como não sabem escrever admito que me pedem que o faça.

Lobato, que manterá durante anos extensa correspondência, quer com Fernando de Azevedo, quer com Anísio Teixeira, reporta-se a Dewey em diversas cartas endereçadas a ambos, exaltando sua obra e seu papel na construção da idéia moderna e científica de educação. Assim refere-se a este, em carta a Anísio Teixeira, em agosto de 1941: “(...) não é bem uma morada nova, mas uma plataforma de lançamento de onde a gente parte para todas as direções do quadrante do futuro” (Lobato, 1970). Ou seja, o pensamento psicopedagógico da época circulará em diferentes espaços sociais, dialogando, inclusive, com os autores de obras dirigidas à criança no Brasil.

Em verdade, não coloca-se a conformação de uma representação única de infância, mas de distintos olhares sobre a criança, a partir de ópticas diversas que, se de início buscam aproximar a criança do universo adulto, posteriormente tratam de tematizar a singularidade do mundo infantil. O estudo de diversas narrativas dirigidas à criança revela uma progressiva construção da noção de distinção e positividade da infância, construção que ainda se mostra nebulosa no período histórico analisado.

Lobato (1961, p. 255) analisa e contrapõe ambas concepções acerca da infância relacionando-as à produção de textos dirigidos à criança:

A pedagogia navega em seu estudo sem que se chegue a um acordo. Duas correntes, no entanto, se anunciam bem distintas. Uma, a dos que consideram a criança como um homem em miniatura e pede que se dê a ela o mesmo alimento mental e moral que se dá ao homem, com redução apenas da dose (...) em regra, todos os professores de fraco descortínio psicológico batem-se pela vitória deste critério.

Em consequência surgiu toda uma glosa de livros mais ou menos morais e instrutivos (...). Tudo ótimo, em concordância com o conceito de que a criança é um adulto reduzido em idade, com a mesma psicologia. O defeito único desses livros está em que a criança os refuga como o organismo refuga o alimento que sua natureza repele (...) A outra corrente admite a criança como um ser especialíssimo, da qual o homem vai sair, mas que ainda tem muito pouco de homem. Em consequência, o seu alimento mental há de ser, nunca uma redução da dose, mas algo especial (...) Um menino dá como produto final um homem e uma menina uma mulher, mas um menino não é um homem ou uma mulher de idade reduzida. São ambos algo de muito diferente, assim como a crisálida é diferente da borboleta.

Ao lado da permanência de uma visão expressa em textos anteriores, configuram-se mudanças nas representações sobre a infância em alguns dos textos analisados, produzidos a partir da década de 20⁵. Percebe-se a conformação de um novo olhar sobre a criança, em que se confere centralidade a alguns aspectos e caracteres atribuídos à criança, ao mesmo tempo que características anteriormente ressaltadas assumem opacidade no retrato estabelecido da infância, como num caleidoscópio em que, a partir dos mesmos elementos, se constroem diferentes configurações perceptivas.

Ao mesmo tempo em que buscam retratar um determinado modelo de infância no qual o leitor deveria se espelhar, os autores procuram construir uma nova sensibilidade para a infância, “pedagogizando” não apenas a criança, mas também os agentes socializadores privilegiados: a família e o professor.

Um dos aspectos centrais que perpassa as diversas obras é a análise da expressão do comportamento infantil. Assim é que são descritos padrões de conduta que caracterizariam a criança, adjetivando suas ações. Os diversos autores, por meio da construção de retratos de crianças, definem um repertório de ações e comportamentos, configurando um determinado padrão de conduta infantil. Tal padrão toma como referência dialógica um modelo de conduta adulto, em relação ao qual o comportamento infantil é descrito e avaliado.

Pode-se perceber um deslocamento nas representações construídas sobre o comportamento infantil nos textos analisados, deslocamento que aponta para uma maior diferenciação entre o comportamento infantil e o adulto, assim como uma maior indulgência em relação à natureza diferenciada da infância, em consonância com as mudanças no pensamento psicopedagógico da época.

⁵Tomo como marco a publicação, em 1921, por Lobato de “A menina do nariz arrebitado” que irá produzir uma mudança nos cânones que regem a literatura infantil, no sentido de expressar uma representação de infância que rompe com as produções anteriores. Como todo recorte, este pode significar uma definição arbitrária e simplificadora, embora possibilite delimitar a análise.

Assim é que, inicialmente, os textos produzidos nas duas primeiras décadas deste século⁶ buscam realçar características no comportamento dos personagens infantis que os aproximem das ações manifestas pelos adultos. As crianças são descritas como sérias, bem comportadas, ajuizadas, disciplinadas, exaltando-se uma conduta contida e regrada:

João era um rapazinho muito sossegado e estudioso. Tinha seis anos... (s.a, 1920, p. 28)
João, o mais velho era muito obediente, quieto e reservado. (Ibidem, p. 80)

Nessa perspectiva, as ações cotidianas da criança aproximam-na do adulto, auxiliando-o nas atividades domésticas, ou trabalhando. À medida que são valorizadas condutas relacionadas ao fazer adulto, com uma ação pautada por seriedade e recato, marca-se uma indiferenciação da infância, uma indistinção em relação ao adulto.

Já o seu cérebro de 10 anos adivinhava tudo...Jorge, como um homem feito, começou a dizer-lhe palavras doces (...) Jorge apurou o corpo, e, com os olhos enxutos e a face tranqüila perguntou:

– E então mamãe? E então eu não sou um homem?

E havia na face e na voz desse menino de dez anos uma tal resolução e uma tal coragem. (Bilac e Coelho Neto, 1904, p. 36).

Ao mesmo tempo, ao lado da infância modelo, os textos destacam características diversas do comportamento atribuído à criança, construindo personagens infantis marcados por uma conduta negativa. São crianças descritas de maneira a realçar as diferenciações que as distinguiriam do adulto, uma suposta natureza definida pelo erro, a ser corrigido por meio do processo de socialização.

Vitor é um garoto encantador, mas de tal imprudência que várias vezes já quasi foi vítima de sua temeridade. (s.a, 1906, p. 5).

É bem raro que uma má ação não traga em si o seu castigo. Raimundo Machado é certamente o pior maroto de todo quarteirão, corre por todos os lados a brincar, e a maior parte das vezes para fazer travessuras... guiado por seus maus instintos, introduziu-se subindo num muro, no parque de uma magnífica propriedade. (Ibidem, p. 12).

Assim é que são descritas características atribuídas ao caráter da criança, aos seus “maus instintos”, como imprudência, estouvamento, curiosidade, desobediência, espírito travesso e irrequieto. Tais características informam as ações dessas crianças da narrativa, ações percebidas como desvio a ser corrigido por meio do castigo, modelador da conduta infantil. É entre a criança séria, compenetrada, “adultizada” e a criança irresponsável, imprudente e irrequieta que a infância é retratada em ambas as perspectivas.

Essa aparente dualidade nas representações sobre a criança nos textos retrata uma visão de infância em que, ou a criança é dignificada por sua semelhança com o adulto, por sua capacidade de superar as características “deformadoras” da infância, tendo como centro a capacidade de ser ajuizada, ou é percebida negativamente pela incapacidade de superar sua “natureza” e aproximar-se das características do adulto. Ou seja, infância é desvio e sua correção, a

⁶Foram analisados: Cem Pequenas Histórias para Crianças Bem Comportadas (1906), Contos Pátrios (1904), Páginas Infantis (1909), Histórias Brasileiras (1914), Brasil das Crianças (1920)

transformação em adulto. A espontaneidade infantil assume um caráter ameaçador à sua formação, devendo ser compensada e corrigida pela socialização.

Tal visão pode ser apreendida em textos de educadores do início do século, que afirmam: “A grande dificuldade do professor está em conter esses ímpetos de entusiasmo e espontaneidade infantis.” (Armstrong. In: *Revista de Educação*, nº 3, ano 1, 1902, p. 4).

Já nos outros textos literários analisados, caracteristicamente produzidos a partir da década de 20⁷, começa a impor-se uma visão diferenciada da infância. Nessa visão, a criança é percebida com um caráter próprio, o qual deve ser, não corrigido e reprimido, mas compreendido pelo adulto. Nesse sentido, as práticas literárias ao mesmo tempo que reproduzem uma representação social sobre a infância, participam do processo de conformação de tal representação. Ao retratar a criança como positivamente diferente do adulto, a literatura participa da construção de um modelo de infância, em que a visão do autor sobre o repertório de ações, comportamentos e posturas infantis se altera significativamente, assim como desloca-se o papel do adulto. Se este continua a ser o agente socializador privilegiado, modificam-se os recursos disciplinares utilizados.

Se a espontaneidade e a alegria eram anteriormente representadas como expressão dos maus instintos infantis, agora são naturalizadas nas diversas narrativas. Ao mesmo tempo, em função do seu espírito irrequieto, curioso e aventureiro, a ação da criança é definida pela realização de traquinagens, aventuras e reinações:

Stela era alegre e viva. Nunca estava quieta; quando não ria, falava; quando não tagarelava, saltava ou corria... Stela ria-se sacudindo a cabeleira crespa, que andava sempre insubordinada como ela e continuava a saltar.” (Velloso, 1932, p. 9).

(...) era uma diabrete sempre disposta a rir, a brincar e a acompanhar os irmãos em todas as travessuras. (Ibidem, p. 51).

Essa menina é levada da breca. (Ibidem, p. 37).

Eu aqui no sítio, com dois netos apenas, às vezes me vejo doida. São dois que valem por mil, tais as maluquices que inventam – ou as reinações como eles dizem. (Lobato, 1936, p. 34).

A alegria, associada à modernidade, passa a ser proclamada como característica a ser preservada nos alunos, como transparece em textos pedagógicos já no início do século:

Uma das idéias mais modernas que se tem introduzido na ciência pedagógica, e que jamais cogitavam nossos avós é o do direito do aluno, ao ensino que o contente, que lhe dê prazer (...) a alegria é um direito de toda criatura na primavera da existência...É um dever sagrado cuidar da felicidade dos pequenos para que não sejam privados daquela alegria natural que lhes pertence por direito. É essencial que os diretores de ensino reconheçam que o menino pela própria natureza é dotado de certas inclinações para a atividade, a leviandade e a curiosidade. (In: *Revista de Educação*, nº 3, ano 2, 1903).

A representação de uma natureza da infância a ser respeitada pelo adulto tem na curiosidade, atividade e exploração os elementos centrais, como demonstra Claparède (1956, p. 137-8). Delineia-se a compreensão da infância como um outro estado, cuja transformação se dá pelo processo natural de desenvolvimento psicológico e não pela ação punitiva do adulto:

⁷Foram analisados os seguintes textos: *Reinações de Narizinho* (1931), *Memórias de Emília* (1936), *O Saci* (1921), *Caçadas de Pedrinho* (1933), *No País das Formigas* (1932), *O Lombrigoplano do Professor Pipoca* (1935a), *Um Passeio em Petizópolis* (1935b), *Férias com a Vovó* (1932) e *Saudade* (1919a).

A criança é um ser pleno de curiosidade e possui muitos impulsos que a levam à conquista do novo. Mas como aproveitamos mal todas essas fontes naturais de energia que a criança encerra nas profundezas de seu ser e que deveríamos captar! Imitemos a natureza, que tão bem sabe fazer-las jorrar.

Assim é que a criança ganha contornos diversos, configurando uma infância que retoma as caracterizações já presentes em momentos anteriores, só que tais caracteres recebem uma valoração positivada do adulto.

Os autores buscam descrever e qualificar os sentimentos próprios à criança. Assim é que o sentir e sua expressão são tematizados, definindo-se o “mapa dos sentimentos.” (REVEL, 1992) da criança, a partir da circunscrição de seu repertório.

As expressões de alegria e prazer fazem-se ausentes, ou são representadas criticamente em algumas das narrativas analisadas, produzidas nas duas primeiras décadas deste século. A criança deve ser moderada e contida na expressão de seus sentimentos, os quais devem ser disciplinados. À educação dos afetos associa-se uma educação corporal, à medida que este corpo é o veículo de expressão do sentir. Assiste-se à formulação de uma economia gestual, em que algumas expressões são proscritas, enquanto outras dignificadas. Demonstrações por demais veementes mostram-se ausentes, ao mesmo tempo em que se valoriza um gestual caracterizado por discrição e contenção.

Papai começou a assobiar, ele que não queria que eu assobiasse. (Andrade, 1919a, p. 19).

Pedi-lhe o chapéu e a bengala, que coloquei sobre uma cadeira, oferecendo-lhe outra, em que se sentasse, e pedi-lhe licença para me sentar também e fazer-lhe companhia até mamãe vir. Esperei que me perguntasse qualquer coisa. (Ibidem, p. 29).

As descrições das expressões infantis alteram-se consideravelmente na produção posterior à década de 20. A expressão da alegria, do prazer tomam o corpo infantil. O correr, pular de alegria, saltar de contentamento aparecem como associados ao sentir infantil, observados com paciência, indulgência e mesmo admiração pelo adulto.

Ruth, que tinha bicho carpinteiro, depois de um instante de sossego, suspirou: Ai, ai, meu Deus! Que chuva! Nem se mexer a gente pode!...” (Velloso, 1932, p. 83)

(...) o que provocou um alarido ensurdecido da criançada impaciente. (Yantock, 1935b, p. 8)

Narizinho se rebojava na cama de tanto rir. (Lobato, 1931, p. 50).

(...) eu não posso ficar muda e quieta. Vou dar uma volta para não cochilar. (Velloso, 1932, p. 40)

Por outro lado, sentimentos como a raiva e a fúria são tematizados nas narrativas. Se a expressão de tais sentimentos mostra-se ausente, ou é fortemente criticada nos textos anteriores, agora eles são descritos como associados a uma indisciplina afetiva concernente à criança. Isso não significa uma valorização de tais expressões, as quais são reprimidas pelos adultos ao longo das narrativas. Porém, a repressão de tais expressões infantis dá-se pelo conselho, pelo ensinamento, e não mais caracteristicamente pela punição.

As conseqüências dos atos e comportamentos infantis são insistentemente apontadas nas diversas narrativas. Observa-se a continuidade de um olhar pedagógico sobre a infância, de maneira a corrigir seus defeitos e informar sua conduta. Não é apenas o adulto que corrige a

criança, pela ação punitiva, mas também a “força divina” e o destino manifestam-se nos castigos exemplares, demonstrando a pregnância de um discurso religioso.

Helena, coitada, caiu dentro da água que estava gelada; ter-se-ia infalivelmente afogado se um barqueiro não tivesse ido logo socorrê-la.

Eis as consequências da desobediência. (s.a, 1906: p. 19).

Eram umas crianças que brincando com fósforos químicos, tinham acendido o fogo; esses infelizes foram as primeiras vítimas dessa imprudência (...)

Só no dia seguinte é que puderam encontrar os cadáveres carbonizados debaixo das ruínas; estavam desfiguradíssimos. A mãe desses meninos, que estava com febre havia quinze dias, morreu queimada na cama.

Que desgraça! As crianças nunca devem mexer nos fósforos; é um grande perigo para elas quando desobedecem a essa recomendação que seus pais sempre fazem. (Ibidem, p. 138).

Cabe apontar que a narração das punições vividas pelas crianças busca produzir o temor diante das consequências de seus atos. O medo é representado como um sentimento a ser provocado na criança, restringindo seu comportamento. Para James (1924): “*La primera de las reacciones congenitas es el miedo. El miedo al castigo fué siempre la gran arma del maestro, y jamás dejará de tener una función*”

O adulto por meio da força de sua autoridade exerce o papel de agente socializador. Este tem na utilização de estratégias punitivas a forma de confirmação do exercício de seu poder. Os mecanismos punitivos são ritualizados, padronizados e muitas vezes corporificados em instrumentos como a palmatória. Ao lado desta, aparecem o recurso à sova e à utilização de rituais punitivos como a escrita de alguma frase modelar. Ocorre aí a incorporação de um ritual escolar, no qual a prática da escrita se reveste de um caráter punitivo.

(...) ameaçavam-no, quando não lhe dobravam os exercícios de escrita; e, pobrezinho! muitas e muitas noites, ardendo em febre, debruçado à carteira copiava compridas descrições, – e tudo porque mentia. (Bilac e Coelho Neto, 1904, p. 87).

Já em textos posteriores, constata-se uma mudança na relação que o adulto estabelece com a criança. Começa a impor-se uma representação diferenciada, em que a natureza infantil deve ser compreendida pelo adulto, sendo suas ações lidas como manifestações de seu processo de desenvolvimento psicológico. Não se trata mais de reformar a criança por meio de mecanismos punitivos, mas de analisá-la, tendo em vista manifestações de um sujeito em formação. Não é mais a criança que deve se adaptar ao mundo adulto, mas este deve ser susceptível à compreensão da natureza da infância, de maneira a atuar em seu processo de socialização.

Não sei mais o que fazer! Já o ameacei de todos os castigos, Não atende a nada! Nem à avó obedeceu. Acho que teve um acesso de loucura.

– Isso não é loucura; sossegue, disse D. Genoveva sem alterar a voz. É mesmo um acesso, mas um acesso de fúria. Deixe-me sozinha. Encarrego-me de acalma-lo.

D. Genoveva: – Maurício, você não tem vergonha do que fez? E se sua mãe o visse nessa fúria, como haveria de ficar triste (...) vamos meu filho. Abra essa porta! Já teimou muito; mostra que gosta da sua mãe e que sabe obedecer (...).

D. Genoveva disse: – Você já deve estar arrependido do que fez... comportou-se como um bichinho sem juízo! Não digo mais nada. Vá para o quarto e espere pelo castigo bem merecido que lhe dará D. Elisa.

Maurício: – Oh! titia... Eu bem sei que não devia ter feito isso. Mas também por que D. Elisa implicou comigo? Ninguém gosta de nós... Eu queria estudar com mamãe assim como Tatá e Tiz...

D. Genoveva: – Escute, Maurício, eu vou pedir à D. Elisa que o deixe estudar com suas primas...mas vá e não recomece (...) Maurício foi arrependido ter com a governante (...), mas as primeiras palavras da tia tinham comovido Maurício mais do que teriam feito todos os castigos e pitos.

Consigo mesmo jurou que nunca mais teimaria assim e ficou pensando nas novas lições, que teria com a tia e as priminhas. (Velloso, 1932, p. 100-1)

D. Genoveva: – Pois é, chega. Você fez sem pensar um ato que poderia ter trazido maiores aborrecimentos. Mas a culpa está confessada; e os beijos de seu irmãozinho, as lágrimas que você chorou, tudo está fazendo esquecer essa travessura.

D. Elisa: – Bem, você já está bastante arrependida e castigada. Portanto não há castigo pela travessura de hoje. (Ibidem, p. 70)

Nessas narrativas, o erro e a punição se deslocam. Não são mais as conseqüências concretas de suas ações e as punições advindas das faltas infantis que são relatadas, mas a dimensão psicológica relacionada à falta da criança. Observa-se uma interiorização na análise da criança, em que a mobilização de sentimentos como culpa e responsabilidade pelos atos é mais importante e eficaz do que os mecanismos punitivos. Busca-se atingir aos sentimentos da criança, levando-a a refletir sobre seus atos, demonstrando a centralidade da dimensão psicológica da infância.

CONCLUSÃO:

A ação socializadora do adulto faz-se na relação com os caracteres atribuídos à criança. Simultaneamente a um deslocamento no olhar sobre a infância, estabelecem-se normas de ação diante da especificidade do sujeito infantil. O reconhecimento da distinção da infância significa, nesse sentido, a construção por parte do adulto de uma nova sensibilidade em relação à criança.

Tal sensibilidade em relação à infância tem como perspectiva uma atitude “compreensiva”, em que o adulto busca entender a lógica da ação infantil, suas motivações, perscrutando seus mecanismos afetivos e mentais. Sensibilidade que é propalada por sua maior eficácia e cientificidade no processo de socialização da criança. Aos mecanismos tradicionais de correção do caráter infantil, os autores contrapõem recursos representados como mais efetivos, modernos e científicos, adequados à psicologia dessa nova criança.

À medida que tais descrições dirigem-se à criança, tentam atuar como instrumentos formadores da conduta, modeladores de sentimentos e percepções. Ao destacar e adjetivar determinados aspectos do comportamento infantil, estes tornam-se padrões de comportamento nos quais a criança leitora do texto deveria se espelhar, afirmando o caráter pedagógico da literatura infantil.

Tal caráter delineou-se historicamente como referente a tal produção literária, em que a função pedagógica, muitas vezes, impôs-se à dimensão estética, conferindo à literatura infantil uma marca utilitária, submetida a demandas das principais instâncias socializadoras – escola e família.

A literatura infantil conforma-se no interior do mercado de bens culturais dirigidos à criança, os quais ao mesmo tempo que sinalizam modelos de infância e conduta infantil, produzem também estratégias de intervenção junto a pais e professores. Assim é que a literatura

infantil define-se historicamente como prática cultural mediadora na relação entre o adulto e a criança, afirmando-se no interjogo simbólico entre estes sujeitos.

Analisar a historicidade de tal produção permiti-nos melhor compreender o caráter histórico das concepções sobre a infância e das práticas socializadoras dirigidas à criança brasileira. Considerando a ainda pequena produção na historiografia brasileira sobre a história da infância, analisar a visão sobre a criança presente nos textos literários do início do século XX situa-se na direção apontada por Kuhlmann (1998, p. 17), quer seja

(...) o estudo dos aspectos mais diretamente ligados ao imaginário, que trata de colher as mutações que intervêm na história das mentalidades em relação ao fenómeno infancia, as diversas atitudes que se externam nos documentos como obras de arte, as reflexões filosóficas e pedagógicas, etc.

Mas, como aponta o próprio autor, é fundamental, na construção de uma história da infância, analisar não apenas o ideário construído sobre a criança, mas também buscar investigar a história social da infância através de estudos sobre as práticas de assistência à criança, suas condições de vida material e social, dimensão não pretendida neste estudo, que abarcou apenas um retrato do olhar do adulto sobre a criança no período analisado, investigando a criança na literatura numa perspectiva historiográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Thales de. *Saudade*. São Paulo: Melhoramentos, 1919.
- ARIËS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BILAC, Olavo & COELHO NETO. *Contos pátrios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CLAPARÈDE, Edouard. *Psicologia da criança e pedagogia experimental*. São Paulo: Editora do Brasil, 1956.
- DEWEY, John. *Vida e educação*. 11 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ECO, Umberto. *Lector in fábula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FREITAS, Marcos. (org.) *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- JAMES, William. *Psicologia pedagógica*. Madrid: Dannel, 1924.
- KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LOBATO, José Bento Monteiro. *Memórias da Emília*. São Paulo: Nacional, 1936.
- _____. *Cartas escolhidas*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- REVEL, Jacques. Os usos da civilidade in CHARTIER, Roger (org.) *História da vida privada n. 3*. São Paulo: Companhia das letras. Revista de Ensino (1902-1904). São Paulo, 1991.
- VELLOSO, Maria. *Férias com a vovó*. Rio de Janeiro: Alves s/ª (1906) *Cem pequenas histórias para crianças bem comportadas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1932.
- YANTOCK, Max. *O lombo do professor Pipoca*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

RESUMEN

Análises Historiográfica De La Producción Literaria Destinada A Lo Niño Brasileño, En Circulación Entre 1900 Y 1935. Busca-Se Investigar Las Representaciones Sobre Lo Niño Que Se Hacian Presentes En Los Textos. Estes Pretendian Construir Modelos De Comportamiento Infantil, A Serem Reproducidos Pelo Lector. Observa-Se Una Dislocación En Las Representaciones Sobre Lo Niño, Apuntando Una Positividad

De La Natureza De La Niñez, Al Contrario De La Representación Anterior Que La Examinava Como Periodo De La Existencia Cuiyas Caracteristicas Eran La Incompletud Y La Deformidad En La Relación Com La Edad Adulta. Analisa-Se El Dialogo Entre El Sabier Psicopedagogico Sobre La Niñez En El Periodo Historico Investigado Y Lo Discurso De La Literatura, Que Se Hacia Presente En Las Obras Analisadas.

Palabras-clave: *infancia, literatura, historia.*

RÉSUMÉ:

Cette Recherche A Comme Objectif, Faire Une Analyse Historiographique Sur Les Représentations À Propos De L'enfant Dans La Production Litteraire Bresilienne Pendant La Periode Comprise Entre 1900 Et 1935. Ces Représentations Ont Comme Objectif, La Construction D'un Modèle De Comportamment À Être Reproduit Pour Le Lecteur. On Va Observer Un Deplacement Dans Ces Representations Sur L'enfant Dans Le Sens D'indiquer, Graduellement, La Positivité De La "Nature" Infantile Opposé Aux Représentations D'une Époque Anterieur Qui Prenait L'enfance Comme Une Operiode De Vie Caracterisée Pour "L'incomplet" Et Deformé Par Rapport À L'adult. Dans Ce Sens On Va Analyser Le Dialogue Entre Le Discours Psicopedagogique Sur L'enfance Produit Dans Le Champ Scientifique Et Le Discours Litteraire Dans Cette Mêmes Periode, Representé Par Les Oeuvrages Destinées Aux Enfants.

Mots-clés: *enfance, litterature, histoire.*